

## PROPOSTAS DE ARGUMENTAÇÃO PARA LEVARMOS PARA A AUDIENCIA PUBLICA

- O cenário nacional aponta para a ampliação do número de empreendimentos econômicos solidários em diferentes campos e setores. A política pública não tem acompanhado este crescimento e precisamos indicar o seu fortalecimento para atender às diferentes especificidades da economia solidária: finanças solidárias, produção, comércio justo e solidário, formação e assessoria técnica;
- Temos uma caminhada importante de construção da política pública no Brasil onde o movimento de economia solidária através de duas conferências nacionais, promovidas pelo governo, colocou suas propostas com participação ampla de mais de 20 mil pessoas. Por quê este esforço não foi respeitado nem considerado pelo próprio governo ?
- A EcoSol e a microempresa são distintas: relações de trabalho completamente diferenciadas da micro e pequena empresa, tem modos de organização jurídicas diferentes, com formas de acesso a recurso diferentes, estratégias econômicas diferentes, dentre outras coisas. A proposta do PL, então, reúne perspectivas politicamente antagônicas que colocam o risco de que, mais uma vez, o capital tome para ela iniciativas de resistência para garantia da sobrevivência daqueles e daquelas que são excluídos e excluídas pelo próprio capital, numa correlação de forças historicamente desigual. Neste sentido: se é pra juntar com alguma coisa porque não junta com desenvolvimento territorial, mulheres, catadores, pescadores artesanais, quilombolas, indígenas, agroecologia que tem mais a ver com o nosso projeto político, a nossa identidade, a nossa cara ?
- O nosso questionamento é principalmente quanto à **orientação política** que hoje rege o campo das chamadas micro e pequenas empresas, que não são apenas os pequenos negócios não capitalistas, mas também são empresas com até 50 empregados! Sim, 50 empregados! A orientação política hoje das micro e pequenas empresas é ditada pelo "vença você mesmo", "você S/A", pela "competitividade", pelo individualismo e pela reafirmação de valores neoliberais e capitalistas, além de uma cultura de morte, que bem conhecemos e combatemos. Veja bem: se, por exemplo, propormos a mudança do nome da secretaria para "Secretaria Especial de Economia Solidária e Micro e Pequena Empresa", será a catástrofe da descaracterização: fóruns de MPE e ES, conselhos de MPE e ES, e então a ES ficará reduzida simplesmente a um aspecto meramente produtivista, identificado APENAS por ser "empreendimentos coletivos". A ES não é "empreendimentos coletivos", é muito mais que isso. Se fosse só isso, estaríamos alinhados à OCB, que tem a única função de defender a cooperativa e ponto final. A ES é um projeto de sociedade, uma escola para outros fundamentos sociais de organização da sociedade. Reduzi-la a um tipo de organização produtiva é o fim de um movimento social, econômico, cultural e político.
- No governo federal, a EcoSol está presente em cerca 20 ministérios com 229 programas e ações. O problema é que estas ações são pequenas e fragmentadas e se queremos realmente fortalecer uma política pública de apoio aos empreendimentos da economia solidária teríamos que ter um espaço institucional mais forte que coordenasse todos os ministérios nas ações relacionadas à EcoSol. É necessário um espaço para coordenar estas políticas, e acreditamos que a SEMPE não é este espaço. Nós nos identificaríamos muito mais

se fosse uma SECRETARIA ESPECIAL DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL, SUSTENTÁVEL E SOLIDÁRIO --> e no território há todos os atores na chamada "economia popular"...

- É importante que debatamos a política pública que queremos para a EcoSol, não ficando focado apenas no espaço institucional, ou seja, defendemos a EcoSol como uma estratégia de desenvolvimento (e que deve ser apoiada pelo Estado) para que possamos construir um país com equidade, onde o direito de produzir e viver em cooperação de maneira sustentável seja respeitado e fomentado como uma das principais estratégias de erradicação da pobreza.
- As mulheres têm fortalecido de maneira consistente as propostas do movimento nacional de economia solidária. Isto tem sido feito de maneira clara no sentido de mostrar que elas têm importância central para a consolidação de nossa estratégia uma vez que são também fundamentais nas estratégias de reprodução da vida. Além disso, apesar do mapeamento ter indicado que a maior parte dos membros dos EES são homens, acreditamos que isso se deu em função da invisibilidade das mulheres no meio rural porque em todos os processos de organização do movimento as mulheres são maioria. (acho que valeria a pena alguém ler a carta da Shirley na audiência, como uma carta de uma militante da economia solidária)
- É fundamental entendermos a convergência que existe com as propostas da agroecologia e da agricultura familiar. O que estamos pautando é o desenvolvimento territorial sustentável que converge com a luta dos movimentos camponeses e da agricultura familiar no Brasil. A economia solidária valoriza ações de uso sustentável da biodiversidade e dos recursos naturais e busca, através de estratégias de emancipação econômica construir uma pauta de soberania alimentar e nutricional;
- A economia solidária é essencial para o fortalecimento da estratégia de combate à pobreza extrema pois sua ação é incluyente a indica para o fortalecimento de processos de organização coletiva que, para além dos processos de inclusão social e econômica traz em seu bojo a proposta de construção da cidadania e acesso aos direitos fundamentais do cidadão necessária para essa camada da população. Isso se faz de maneira diferente da inclusão no mercado de trabalho ou da inclusão produtiva pois a nossa ação promove a autonomia e a emancipação.
- A Economia Solidária tem a contribuir: a) com a superação da miséria de forma emancipatória; b) com um desenvolvimento a partir dos territórios, com valores de cooperação, diversidade e preservação ambiental; c) com a organização da ECONOMIA POPULAR nos territórios, que tem vários atores (empreendimentos familiares, agricultores, artesãos, microempreendedores, pequenos mercadinhos locais, ambulantes, etc.) d) com o Comércio Justo e Solidário e a educação cidadã para o consumo responsável
- Para garantirmos a CENTRALIDADE DA POLÍTICA, o Conselho Nacional de Economia Solidária deve ficar ligado à presidência da república, assim como são o CONSEA e o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social. Assim, temos que reforçar que o Conselho nacional deve fazer um controle social forte do conjunto das políticas públicas de economia solidária e não apenas aquelas ligadas à estrutura institucional que coordena a política pública de economia solidária.